

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA DOS SUJEITOS SOCIAIS DO CAMPO

THE PEASANT IDENTITY FORMATION OF THE COUNTRYSIDE SOCIAL INDIVIDUALS

Juliana Felício de Oliveira¹ /
Silvanete Pereira dos Santos^{1,*} / Elinete Pereira dos Santos²

Introdução

Este artigo traz uma reflexão acerca da identidade camponesa a partir de uma pesquisa que foi apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso, na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Espírito Santo. A construção do processo histórico de uma dada comunidade possibilita o registro das memórias ainda vivas, dos fatos e dos acontecimentos. Nesse sentido, o problema de pesquisa buscou compreender como se deu o processo de construção da identidade camponesa dos sujeitos do campo, na comunidade de Várzea Alegre³; refletir sobre a ideia de território como parte da identidade do camponês; e identificar o papel das vivências no campo para a construção da identidade camponesa.

Este trabalho pautou-se nos pressupostos de uma pesquisa qualitativa e, como instrumento de construção dos dados, foi utilizada a entrevista que foi aplicada a dois dos moradores mais antigos da comunidade de Várzea Alegre, com vistas a discutir a temática da identidade camponesa.

A identidade, neste estudo, será compreendida como um conjunto de características próprias de uma determinada comunidade e, tratando-se de identidade camponesa, a terra é a precursora na sua construção, pois é através do trabalho com a terra que o homem e a mulher do campo promovem seu meio de subsistência, estabelecem vivências que são construídas a partir de relações sociais, culturais e familiares, solidificando seu vínculo com o meio em que estão inseridos e, conseqüentemente, construindo sua identidade.

¹Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Espírito Santo – Brasil

²Universidade Federal da Bahia - UFBA, Bahia – Brasil.

*E-mail para correspondência: sil.sil01@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa de campo realizada como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Espírito Santo. A pesquisa buscou discutir o processo de construção da identidade camponesa como um elemento de fortalecimento do campo e do campesinato. A metodologia trabalhada foi o estudo de caso, utilizando-se de uma abordagem qualitativa e tendo como instrumento de pesquisa a entrevista estruturada. Os resultados obtidos por meio das entrevistas permitiram refletir sobre a realidade da identidade camponesa e constatar que o sentimento de pertencimento, os vínculos criados com uma dada comunidade são elementos importantes para a construção da identidade. Compreendemos que a identidade do povo camponês é construída em permanente disputa com o projeto capitalista de produção e relação com a terra e os recursos naturais. Desse modo, o campesinato vai se constituindo enquanto classe social na luta pelos interesses da classe trabalhadora do campo.

Palavras-chave: Identidade camponesa. Campesinato. Sujeitos do Campo.

ABSTRACT

This article aims to present the results of a field research realized as an Undergraduate Thesis of the graduation in Field Education at the University Federal do Espírito Santo. The research sought to discuss the process of the peasant identity formation as an element of strengthening at the countryside and the peasantry. The methodology used was the case study. The research had a qualitative approach and the structured interview was used as a research instrument. The results obtained through the interviews allowed us to reflect on the reality of peasant identity and verify that the sense of belonging and the bounds created with their own community are important elements for the identity formation. We understand that the identity of the peasant people is built in permanent dispute with the capitalist project of production and relationship with the land and natural resources. In this way the peasantry going to be forming while a social class in the struggle for the interests of the rural working class.

Keywords: Peasant identity. Peasantry. Field Subjects.

Submetido em: 02 de nov. 2022

Aceito em: 26 de jan. 2023

³Para maiores informações sobre o histórico da comunidade de Várzea Alegre, sugerimos a consulta ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O processo histórico da comunidade de Várzea Alegre e a formação da identidade dos sujeitos do campo”, o qual pode ser solicitado ao Colegiado de Licenciatura em Educação do Campo pelo seguinte e-mail: secretaria.ledoc.ped@ufes.br

1. O camponês no Brasil: uma identidade forjada na luta e resistência

O campo retratado nesta pesquisa é aquele que produz vida, gera trabalho e subsistência, é rico em cultura, valoriza as festas comunitárias, cultiva a relação familiar e de vizinhança e é rico em afetividades, é lugar de produção da vida e do campesinato. Além disso, o campo também é um espaço de permanente disputa entre o projeto de campo do campesinato e do agronegócio. Nesse campo, que para muitos é o lugar do atraso, encontramos diversidade cultural: diferentes gerações, crenças, gêneros e modos de trabalho.

O camponês aqui tratado é o que vive da terra, o seu meio de sobrevivência é o campo, sua identidade é construída a partir de sua relação com a terra, de um território rural, trata-se de sujeitos que vivem ou viveram no campo, ou têm algum vínculo com o campo. Ao falar de identidade camponesa, precisamos compreender que essa não se limita a uma única classificação daquele que vive no campo, “camponês”, mas muitas: ribeirinhos, assentados, quilombolas, boias-frias, pomeranos, com uma forte presença no estado do Espírito Santo, entre outros.

[...] o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura (WANDERLEY, 2014, p. 27).

O campesinato contemporâneo sofreu muitas transformações, sejam na área da tecnologia ou pelas mudanças da natureza provocadas, em grande medida, pela ação humana. Dessa forma, o modo de vida e a maneira de cultivar a terra têm sido influenciados pelas novas tecnologias, ainda que estas estejam pouco presentes na agricultura camponesa, pois sabemos que o acesso dos agricultores aos maquinários agrícolas ainda é muito pequeno, haja vista que o custo desses equipamentos é muito alto.

1.1 Conceito de Campo no Brasil

Segundo Martins (1981), pode-se compreender mais profundamente a forma de campesinato que se desenvolveu no Brasil no período Colonial. A pequena propriedade teve grande importância no cenário brasileiro, sendo uma agricultura que tem como forma de organização a mão de obra familiar. Para desenvolver seu produto, utilizam-se pequenas extensões de terras, e nelas produzem primeiramente para subsistência, sendo os excedentes vendidos para o mercado interno e para exportação. O campesinato apresenta modos de produção que não prejudicam o meio ambiente, além de produzirem uma diversidade de cultura de alimentos.

[...] a pequena propriedade produtora de alimentos sempre teve importante papel no território brasileiro. Inicialmente praticada dentro das terras de sesmarias, era considerada como agricultura de gêneros de primeiras necessidades, realizadas pelos moradores; pelos próprios escravos, que dedicavam seus esforços à lavoura, acarretando no beneficiamento do produto a ser exportado; e pelos agregados, que produziam em pequenas parcelas na periferia dos latifúndios, em solos que não eram propícios à cultura principal monocultura. Eram expulsos quando os fazendeiros necessitavam de terras (ERTHAL, 2000 apud SILVA, 2019, p. 41).

Além da agricultura camponesa, temos, no Brasil, o agronegócio que se trata de um modelo de produção capitalista baseado no processo de exploração exacerbada dos recursos naturais. No ano de 1970, começou-se a falar da “modernização da agricultura” no Brasil, mas, no final do século XIX, o termo agronegócio passou a ser usado entre os brasileiros.

[...] no final do século XIX. A ideia do agronegócio será uma espécie de radicalização dessa visão, em que o lado “agrícola” perde importância e o lado “industrial” é abordado tendo como referência não a unidade industrial local, mas o conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento. O boom das exportações de produtos agrícolas e agroindustriais nos anos mais recentes levou à adoção da expressão “agronegócio” ou da sua matriz agribusiness por associações de produtores (como a Associação Brasileira de Agribusiness – Abag, de 1993) e até pelos próprios empresários (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010, p.160).

As diferenças entre o campesinato e o agronegócio são visíveis. Entre elas, podemos citar, por exemplo, no tocante ao agronegócio, as grandes extensões de terras com uma única cultura de alimento, um intensivo uso de agrotóxico e as máquinas que fazem a grande maioria do trabalho. Seu objetivo é a produção em massa, visando o lucro. Nessa dinâmica, prevalece uma paisagem homogênea e simplificada.

Dessa forma, o latifúndio ganha força com o surgimento do agronegócio. Ele sempre existiu no Brasil, desde o período Colonial, porém, nesse período, o latifúndio existia como bloqueio aos trabalhadores, eles não tinham acesso a essa terra, e sim os senhores fidalgos (ZENERATTI, 2017).

O latifúndio é produto do capitalismo, assim como o agronegócio, à medida que a propriedade privada se expande, o capitalismo também se expande. O proprietário das terras passa a querer produzir mais e a grande extensão de terra é fundamental nesse processo; conseqüentemente, usa-se máquinas industrializadas com mais frequência e abandona-se o trabalho manual. Com essa mudança do cenário rural, a relação com a terra muda, o interesse no lucro prevalece sobre a preocupação de garantir um produto saudável e de qualidade.

Nesse processo de mudanças no campo, com a modernização da agricultura, determinados sujeitos sociais ganham maior destaque no campo para realização de novas práticas de trabalho. Na medida em que o agronegócio ganha maiores proporções, as atividades realizadas no campo mudam, o camponês que era um agricultor que vivia da terra, passa a realizar outras atividades, vendendo sua força de trabalho, deixando de ser o agricultor; e passa a ser o diarista, meeiro, arrendatário. O cenário do campo está mudando e, com essa mudança, o camponês que vive do campesinato é submetido a condições de opressão.

O termo camponês não é recente, o campesinato já existia desde o período colonial. Segundo Schmitz (2008), por meio da política, em 1940, surgiam as primeiras Ligas Camponesas e, nos anos de 1950, a palavra camponês ganha destaque no Brasil. As Ligas Camponesas procuravam defender as lutas dos trabalhadores do campo que estavam tomando força nas várias regiões do Brasil. No entanto, antes desse termo “camponês”, no Brasil, esse grupo social era conhecido, em cada região específica, por uma denominação diferente.

Camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. [...] a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1981, p. 22 - 23).

A palavra camponês denomina um grupo de pessoas que têm seu modo de viver estabelecido a partir da relação com o campo. O seu meio de sobrevivência e sua identidade é o campo. A identidade camponesa não se delimita à uma única classificação “camponês”, mas muitas: ribeirinhos, assentados, quilombolas, boias-frias, pequenos agricultores, lavradores, diaristas, meeiros etc. Desse modo, o campesinato é uma identidade que está em permanente construção e que é forjada juntamente com a materialidade de um projeto de campo e de país.

[...] o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos - ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida. [...] o campesinato é uma classe social de baixa “classicidade” que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise. (SHANIN, 1979 apud MARQUES, 2008, p.59).

Os pequenos agricultores são, na verdade, camponeses que possuem uma pequena ou média propriedade de terra, os quais, para desenvolverem sua atividade econômica, utilizam-se da mão de obra familiar. Nessa classificação, encontram-se também os camponeses sem terra que se organizam a partir da luta pela terra e pela construção de um projeto de reforma agrária popular. Dessa forma, produzem em pequenas quantidades em relação a um grande proprietário que se utiliza de meeiros ou diaristas para cultivarem suas terras. Estes últimos exercem várias funções; já o meeiro vive e trabalha em terras que pertencem à outra pessoa, exercendo, às vezes, praticamente todo o trabalho da propriedade, além de repartir com o dono da terra o resultado da produção. Os arrendatários rurais são pessoas que arrendam (alugam) uma propriedade para exploração agrícola.

À medida que o campo vai mudando, sua forma de ser campo vai se refazendo, devido às necessidades que lhe são apresentadas no decorrer dos anos e no avanço do agronegócio que, por sua vez, expulsa o camponês do território rural, restando-lhes: poucas terras, falta de incentivo, de crédito rural, mas continuam lutando e resistindo. Costa e Carvalho (2012), ao falarem sobre o campesinato, o definiram da seguinte forma:

Campeinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado. (COSTA; CARVALHO, 2012, p.115).

Ainda segundo Costa e Carvalho (2012, p. 118), o camponês se constitui em uma unidade familiar na qual realiza tanto a produção quanto o consumo de tudo que é produzido. E é em meio a essa relação com a terra e a produção que o campesinato se constitui enquanto “[...] unidade familiar de produção e de consumo, assim como o campesinato, enquanto classe social em construção, enfrentam desafios fundamentais para garantir a sua reprodução social [...]”. É em permanente disputa com o projeto capitalista de produção e relação com a terra e com os recursos naturais que o campesinato vai se constituindo enquanto classe social e lutando pelos interesses da classe trabalhadora do campo.

1.2 A luta pela terra no Brasil

A luta pela terra é uma constante que perpassa por décadas. Primeiramente podemos identificar os indígenas, que lutaram pelos seus territórios e permanecem lutando; logo após, vieram os negros, que foram arrancados de sua pátria e escravizados no Brasil para cultivar as terras dos senhores e, quando libertos, passaram a ser donos de sua liber-

dade, porém, tinham a liberdade, mas não tinham terra, foram deixados à própria sorte; passaram, então, a migrar de um lugar para outro, pois se encontravam em uma situação de vulnerabilidade social, sem moradia, sem terras e sem fonte de renda, apenas com sua “liberdade”. Assim como o negro recém-liberto e sem perspectiva, o europeu, recém-chegado ao Brasil, também constituía a caminhada em busca da terra, formando ambos uma nova categoria de trabalhadores, que mais tarde ficariam conhecidos como Sem Terra.

A migração e a peregrinação com esperança de chegar à terra liberta, são marcas da história do camponato brasileiro. Na luta contra o cerco da terra e da vida, surgiram várias formas de resistência. Lutar contra as cercas era lutar contra o coronelismo, porque os latifundiários foram senhores absolutos e dominavam a terra e a vida dos camponeses (FERNANDES, 2000, p. 02 -03).

Antes mesmo da categoria Sem Terra, esses sujeitos sofreram, historicamente, várias formas de repressões até serem reconhecidos como Sem Terra. Essa luta contra o latifúndio sempre esteve presente na sociedade brasileira, desde as capitâneas hereditárias até os dias atuais, sendo uma constante na vida dos trabalhadores camponeses que lutam por uma reforma agrária popular, por políticas públicas voltadas para a população camponesa, por soberania alimentar, por um novo projeto produtivo, baseado na agroecologia, entre outros. Por muito tempo estiveram sozinhos, lutando contra o latifúndio, mas agora com a intensificação das organizações políticas camponesas, que aderiram a essa causa, há diferentes instituições em prol da luta pela terra e pela reforma agrária.

Na década de 1960 até 1970, as lutas camponesas desenvolviam-se pelo Brasil, Fernandes (2000) deixa claro que:

De meados da década de 60 até o final da década de 70, as lutas camponesas eclodiam por todo o território nacional, os conflitos fundiários triplicaram e o governo, ainda na perspectiva de controlar a questão agrária determinou a militarização do problema da terra. A militarização proporcionou diferentes e combinadas formas de violência contra os trabalhadores. A violência do peão que é o jagunço da força privada, muitas vezes com o amparo da força pública. A violência da polícia, escorada na justiça desmoralizada, que decretou ações contra os trabalhadores, utilizando recursos dos grileiros e grandes empresários, defendendo claramente e tão somente os interesses dos latifundiários. [...] (FERNANDES, 2000, p. 05-06).

Ao reprimir a luta pela terra e não realizar a reforma agrária, o governo tentou impedir o avanço do movimento camponês, implantando um novo modelo de agropecuária que iria aniquilar o camponato, usando vários meios de repressão da agricultura camponesa. Dessa forma, os trabalhadores do campo se sentiram na necessidade de lutar, surgindo, assim, o maior movimento camponês da história do Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Segundo Fernandes (2000, p.05), “[...] durante toda a história do Brasil, os camponeses, e todos os outros trabalhadores, foram mantidos à margem do poder. Nos grandes projetos nacionais não foram considerados”.

Com o avanço do sistema produtivo capitalista e a propriedade privada da terra, o camponês tornou-se um obstáculo, mostrando como a lógica do capital é perversa. Caldart (2009, p.48) deixa claro que, “[...] ao mesmo tempo em que o capital traz a propaganda de inclusão do camponês na modernidade tecnológica do agronegócio, por outro lado expulsa trabalhadores do campo [...]”. O camponês vem, cada vez mais, perdendo espaço em seu território. Segundo a Via Campesina do Brasil (2004), cabe ao camponês reproduzir sua agricultura no interior das sociedades capitalistas

modernas, como uma “pequena produção mercantil”. Para o camponês, restam-lhe poucas alternativas, vender sua força de trabalho e tornar-se um proletariado, ou vender o fruto de seu trabalho de forma independente.

Uma das situações mais recorrentes é o camponês vender sua força de trabalho, pois a maioria das pessoas que trabalha na terra, não tem terra, trabalha na terra de outros indivíduos, exercendo as mais variadas atividades. Devido a essas e outras condições de exploração, os camponeses lutam por reforma agrária no Brasil, para terem acesso à terra de uma forma justa e igualitária.

Desse modo, a Via Campesina afirma a necessidade de fortalecer cada vez mais a organização dos camponeses por terra, trabalho, educação, saúde, acesso ao crédito, melhores condições de vida e tantas outras lutas que se fazem necessárias no processo de construção do projeto de campo e de campesinato defendido pelo movimento camponês.

[...] luta pela terra que vem atravessando séculos e em diversos lugares do mundo, não pode ser entendida como uma determinação cultural, como se fosse próprio da cultura camponesa ocupar a terra para ter acesso ao trabalho nela. Essa seria uma explicação simplista. É diferente afirmar, no entanto, que as ocupações de terra, produzidas no interior de lutas sociais determinadas, acabaram se transformando em um processo cultural (exatamente porque encarnado em tradições, valores, convicções) que atravessa gerações e que, em cada momento e lugar, se recria em novas formas e em novos significados (CAL-DART, 2012, p. 79).

A luta pela terra também pode ser compreendida como o reconhecimento e a garantia do direito dessas pessoas que viveram e vivem no campo. Elas buscam, por meio da luta e da resistência, construir um projeto de campo que os representem, respeitem e assegurem seus direitos e que, além de tudo, valorizem seu trabalho; buscam espaço nessa sociedade que, cada vez mais, os sufocam, tirando seu espaço e seus direitos. A luta pela terra é uma luta por voz, por espaço, consolidação de uma identidade e pela produção da vida

2. Território Camponês: a terra como matriz construtora da identidade camponesa

O território é entendido como lugar de materialidade e existência de um povo e se constitui o espaço de construção de sua identidade. Partiremos do princípio de território a partir da lógica da territorialidade camponesa que se difere do território do agronegócio. Segundo Fernandes (2008, p. 26), “[...] temos dois campos, porque os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais [...]”. Mesmo ocupando um mesmo espaço, o território do campesinato e o território do agronegócio são duas realidades diferentes, sendo que o território camponês perde cada vez mais espaço para o agronegócio.

Em suas diferentes acepções, o território sempre foi estudado a partir das relações de poder, desde o Estado ao capital, desde diferentes sujeitos, instituições e relações. Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania. Quando nos referimos ao território em sua multiescalaridade, ou seja, em suas diversas escalas geográficas, como espaço de governança de um país, de um estado ou de um município, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia dos governos na tomada de decisões. Quando nos referimos ao território como propriedade particular individual ou comunitária, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia de seus proprietários na tomada de decisões a respeito do desenvolvimento desses territórios (FERNANDES, 2013, p. 05).

Isso acaba sendo pertinente, pois, parafraseando Haesbaert (2007), quem perde o controle sobre seu território é sempre os mais destituídos, aqueles que se encontram mais desterritorializados, mais precariamente territorializados.

[...] o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de tэрreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. (HAESBAERT, 2007, p.20)

Ou seja, é sempre os menos desprovidos economicamente que perdem seu espaço, pois entende-se o território como um local de dominação política e material, de apropriação da identidade subjetiva e simbólica, pois todo território, em seu espaço, predomina cultura e identidade de uma determinada população.

E pensando nas propriedades camponesas e nas capitalistas, tratam-se de territórios em sua totalidade diferentes. Fernandes (2013) faz essa comparação:

[...] Estamos nos referindo especialmente aos modelos de desenvolvimento do agronegócio, resumidamente a partir da produção de monoculturas em grande escala, com trabalho assalariado, intensamente mecanizado e com utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas. E ao modelo de desenvolvimento do campesinato ou agricultura familiar, resumidamente a partir da produção de policulturas, em pequena escala, com predominância do trabalho familiar, com baixa mecanização, em sua maior parte, com base na biodiversidade sem a utilização de agrotóxicos. Esses modelos disputam territórios [...]. Esses modelos de desenvolvimento determinam a organização do espaço geográfico, por meio da produção de territórios, gerando e intensificando conflitualidades que são insolúveis por causa da hegemonia do modo capitalista de produção (FERNANDES, 2013, p. 08).

É esse modelo de desenvolvimento, segundo o capital, que disputa o território com o campesinato e que, sendo o economicamente mais forte, determina a organização do espaço geográfico, do território camponês. Sendo assim, segundo Haesbaert (2007), os “[...] ‘desterritorializados’, mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo [...]”, cabendo a eles, dessa forma, reestabelecer em outro espaço socialmente construído, se reterritorializar, criando novas raízes e uma nova identidade. Isto acaba por acrescentar à sua identidade novas descobertas, culturas e vínculos que nem sempre dialogam com a realidade dos desterritorializados.

Territorialidade não só diz respeito a uma noção política, mas, também, uma relação econômica, cultural, pois está ligada à relação que as pessoas estabelecem com a terra, como elas se organizam no espaço, por meio do trabalho, criando, nesse sentido, seu espaço de moradia e de subsistência, ou apenas moradia, como as grandes metrópoles. Entretanto, não importa o vínculo que a pessoa estabelece com o espaço, ainda, assim, ele terá algum significado material ou imaterial para esse indivíduo. Sendo assim:

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado. (SACK, 1986, p.219 apud HAESBAERT, 2007, p.22).

A terra, quando cultivada, cria uma relação de produção, sendo o trabalho o único capaz de criar essa relação de produção e valor à terra, tornando-a um trunfo sem valor igual, pois todos precisam e dependem do que é produzido nela, transformando, assim, a mesma em propriedade privada; e quem a possui é detentor de riqueza, estabelecendo

uma relação de poder por excelência e, dessa forma, estabelecem-se as tensões entre propriedades privadas capitalistas, as propriedades privadas camponesas e a luta por Reforma Agrária.

Segundo Raffestin (1980, p.143 -144), “[...] O território, é um espaço onde se projetou um trabalho, [...] por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si [...]”. Ou seja, de acordo com o autor, o território do agronegócio é uma criação gestada pelo homem em busca do lucro.

O território do agronegócio não respeita a diversidade, pois tem a intenção de apenas expandir sua cultura em incalculáveis extensões de terras, almejando apenas o lucro e não a qualidade dos alimentos e a saúde humana. Fernandes (2013) mostra como o território do agronegócio e do campesinato são completamente distintos.

[...] Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogêneo. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio [...] (FERNANDES, 2013, p.10-11).

O território camponês se difere do território do agronegócio, entre outros fatores, devido a sua relação com a terra, que não tem apenas valor de uso, mas valor cultural, sendo um território de reprodução de vida e de identidade, além de tudo.

Para a agricultura camponesa, a terra estabelece uma relação de subsistência, tornando-se, assim, um trabalho de alto conhecimento, pois o agricultor, ao realizar a atividade de cultivar a terra, se vê sujeito do processo.

Por outro lado, apropriação seria o melhor termo para analisar essa relação de propriedade exercida pelos camponeses, por se tratar de terra cujo valor é o de uso, tendo centralidade a reprodução da família, que nela trabalha para garantir os intercâmbios materiais imprescindíveis à sua existência (PAULINO, 2008, p. 206).

Enquanto o território do agronegócio busca disseminar a monocultura, o território do campesinato presa pelo oposto, uma agricultura voltada para a pluralidade de espécies, que valoriza o ecossistema e busca trabalhar em consonância com a natureza, enfim, são territórios distintos.

Para Fernandes (2012), o território camponês é espaço de vida:

O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de residência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família. Esse território é predominantemente agropecuário, e contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos principalmente pelas populações urbanas (FERNANDES, 2012, p. 744).

Para Haesbaert (2007), a territorialidade está ligada ao modo como as pessoas se relacionam com a terra e se organizam no espaço, desse modo, podemos distinguir o território de acordo com aqueles que o constituem. Ou seja, o território é determinado pelo grupo de pessoas que o ocupa, a partir da relação que elas exercem com o espaço. Ele tor-

na-se, portanto, um produto histórico de relações sociais, culturais e políticas. Sendo assim, território e identidade são conjuntos de um mesmo espaço. Quando se fala de território, pensa-se em cultura, e a cultura é a identidade de um povo; o campesinato é uma cultura de um determinado povo que vive em um certo território.

Portanto, temos em vista um território que forma sujeitos sociais e lhes dá identidade. Os indivíduos transformam o meio, mas, ao mesmo tempo, são transformados e formados. Nesse sentido, o agronegócio e o campesinato não apresentam contradições somente em seu modo de produção e relações, mas também nos indivíduos que habitam esses diferentes territórios.

2.1 O conceito de identidade

A identidade é aquilo que somos, que nós reconhecemos como “estar sendo” e ser no mundo, a partir de determinada origem étnica, cultural e social. Silva (2000), em seus escritos, define identidade como aquilo que se é: “sou brasileiro”, “sou negro”, sendo, então, uma característica independente. E, além disso, podemos constatar que, quando nascemos, estabelecemos o primeiro contato com os familiares, que é proveniente de uma determinada identidade; e, ao mantermos outros contatos sociais, com culturas e territórios diferentes, vamos formando a nossa identidade.

No decorrer da vida, construímos nossa própria identidade, ou seja, podemos dizer que a identidade sofre interferências do meio social em que o sujeito está inserido. Segundo Hall (2006, p. 11), o sujeito é influenciado constantemente pelos contatos sociais a sua volta, sendo que ele “[...] tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem [...]”.

Pensando no sentido de identidade, Hall (2000) destaca que:

[...] As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar” [...] (HALL, 2000, p. 108 - 109).

Segundo Silva (2000), a identidade é colocada em xeque, quando comparada à diferença, pois o sujeito, nessa situação, sente a necessidade de afirmar sua identidade, ou seja, identidade e diferença são dependentes. Ao se autodeclarar como brasileiro, está também se diferenciando das outras nacionalidades, sendo assim, identidade e diferença caminham juntas.

[...] a declaração de identidade "sou brasileiro", ou seja, a identidade brasileira, carrega, contém em si mesma, o traço do outro, da diferença "não sou italiano", "não sou chinês" etc. A mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença) (SILVA, 2000, p.79).

É importante perceber que é na diferença que pensamos em afirmar a identidade, da mesma forma, podemos dizer que é necessária uma busca da legitimidade da identidade. Certos grupos sociais, em determinado momento histórico, sentem-se desestabilizados culturalmente e territorialmente, surgindo a necessidade de afirmar sua identidade. Podemos chamar essa necessidade de afirmação, como fronteira que determinado grupo pretende marcar.

Considerando que toda a identificação é ao mesmo tempo diferenciação, no processo de identificação o essencial é a vontade de marcar os limites entre ‘eles’ e ‘nós’ e, imediatamente, de estabelecer e manter o que chamamos de fronteira. A fronteira resulta de um compromisso entre o que o grupo pretende marcar e o que os outros querem lhe designar, uma vez que estamos nos referindo a uma fronteira social, simbólica.

O que propicia a separação, a fronteira, é o desejo de se “diferenciar e o uso de certos traços culturais como marcadores de sua identidade específica”. Assim, grupos bastante próximos culturalmente podem considerar-se totalmente estranhos uns em relação aos outros e até hostis, opondo-se sobre um elemento isolado do conjunto cultural (BERLATTO, 2009, p.149).

Na lógica do capital, da cultura da globalização, só é aceitável o que se é estabelecido e criado pelo capital, o que foge do padrão é estereotipado e inferiorizado, a exemplo da identidade camponesa. Por diversas vezes, aquele que é pertencente a essa cultura é conhecido como “atrasado”, essa é a imagem do camponês que perdeu por muito tempo na mídia e em livros infantis. Dessa forma, a necessidade desse grupo cultural afirmar sua identidade é entendida como uma luta por sua legitimação (luta de representações) e, assim, a luta pela terra constitui-se em uma ferramenta importante no processo de reterritorialização dos camponeses e reconstrução de sua identidade.

2.2 Identidade Camponesa

Ao discutir identidade camponesa, precisamos falar do valor territorial que essa categoria atribui à terra. O camponês se faz como tal a partir de suas relações de trabalho e de produção com a terra, ou seja, seu modo de vida, pois, segundo Haesbaert (1999), “[...] toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território [...]”. Nesse sentido, entendemos que as identidades são definidas a partir do território onde o sujeito está inserido e, portanto, acreditamos que com o camponês não seria diferente, sendo o seu território um sítio, uma propriedade familiar, um assentamento ou um acampamento. Nesse território camponês, encontramos como traços culturais marcantes:

[...] o espaço da festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução dos conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da celebração da vida (aniversários) e da convivência com a morte (ritualidade dos funerários). Tudo adquire significado e todos têm importância na comunidade camponesa. Nas comunidades camponesas as individualidades têm espaço. As que contrastam com o senso comum encontram meios de influir. Os discretos são notados. Não há anonimato na comunidade camponesa. Todos se conhecem. As relações de parentesco e vizinhança adquirem um papel determinante nas relações sociais do mundo camponês. Nisto se distingue profundamente das culturas urbanas e suas mais variadas formas de expressão. (GÖRGEN, 2009 apud COSTA; CARVALHO, 2012, p. 115).

O camponês é um grupo social que vive do cultivo da terra, sendo que tudo que é proveniente dela serve para o consumo familiar e, quando excedente, é vendido para o comércio local. A identidade camponesa está relacionada ao seu trabalho, ao seu modo próprio de produzir e se relacionar com a terra, seu modo de ser socialmente, suas tradições religiosas, culturais, sua culinária e suas tradições familiares, entre outras.

[...] desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas; desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais públicos como os povos das florestas, os agro-extrativistas, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavrado-

res, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pastos, até os arrendatários não capitalistas, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas a parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores, assim como os povos das fronteiras no Sul do país. E os novos camponeses resultantes dos assentamentos de Reforma Agrária (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 116).

Ser camponês é ato de resistência, afirmação de uma identidade e sua legitimação, desconstrução da cultura hegemônica que atribuiu aos povos do campo uma identidade pejorativa, conforme citado anteriormente. Assim, a partir da resistência em permanecer na terra, insistindo em um modo de produção que respeite a vida e a diversidade, o camponês constrói sua identidade.

O território é um espaço para se estabelecer uma cultura, mas também é espaço de disputa territorial, cultural, pois o camponês divide seu território com a cultura hegemônica e transforma, dessa forma, seu local de vida em um campo de disputa e afirmação de identidade entre o campesinato e o agronegócio.

[...] a identidade camponesa se faz em oposição à identidade da agricultura capitalista, pois concebe a terra, o trabalho e a cultura do campo sob um olhar diferente. Enquanto sob a lógica do capital o campo é determinado pelo aspecto econômico, visto apenas como espaço de produção, de negócio, a identidade camponesa compreende o campo como espaço vivido, com seus sujeitos e suas tradições, espaço de cultura, de produção da vida, de democratização das relações sociais, de solidariedade, de justiça social (CORREIA; BATISTA; BRITO, 2011, p. 05).

Nesse sentido, acreditamos que ser camponês é lutar pela afirmação de sua identidade, por um espaço em que se possa morar, trabalhar, estudar; por um campo em que seja território de todos os povos que estabelecem uma profunda relação com a terra: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, que vivem na e da floresta, das águas, dentre outros.

4 A Educação do campo: contribuição para a construção da identidade camponesa

A luta dos povos do campo pela sua identidade e pelo seu território é também uma luta por políticas públicas que atendam às suas necessidades. Os camponeses passaram a exigir do Estado uma educação que valorizasse seus costumes e que falasse de sua realidade, assim como evidencia Correia et al (2011) ao mostrar que era preciso uma educação que promovesse:

[...] várias experiências educacionais através de uma proposta pedagógica que contempla a identidade do campo e que reconhece os diferentes modos de vida dos vários sujeitos sociais que vivem e/ou trabalham no meio rural. Essa proposta tem assumido a educação como uma força propulsora que faz emergir o compromisso coletivo com as estratégias de desenvolvimento e de inclusão social e política ao oportunizar o acesso aos conhecimentos e inovações que são requisitadas para a transformação da realidade produtiva, ambiental, política e social. A partir desse processo, se pode reconhecer o papel fundamental que educação possui enquanto condição necessária para concretização do desenvolvimento em suas múltiplas dimensões. (CORREIA et al, 2011. p.07).

Essa proposta de educação veio contemplar a população campesina tardiamente, apenas na década de 1980, a partir da Constituição Federal de 1988, quando se começa a falar de uma educação pública voltada para todos. Pautados por esse discurso, os movimentos sociais fomentaram a população campesina a reafirmar sua luta por uma educação pública que, além de respeitar sua cultura, contemplasse o campo e suas especificidades.

A educação voltada para a população camponesa é citada na Lei nº 9.394/96 da LDB, que estabelece, no Artigo 28, “[...] a oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural [...]” (BRASIL, 1996).

Nesse momento da história da educação, por força dos movimentos sociais do campo, o camponês começa a ser visto como cidadão de direitos, como qualquer outro, mas apenas em 2001, por meio do Parecer CNE/CEB nº 36/2001, foi que o termo Educação do Campo passou a ocupar os textos legais: “[...] Art. 1º. A presente Resolução institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino [...]” (BRASIL, 2001). A educação no campo deixa de ser conhecida como educação rural e passa a ser do campo. Assim, conforme Caldart (2004):

A Educação do Campo assume sua particularidade, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade: antes (durante e depois) de tudo ele é educação, formação de seres humanos. Ou seja, a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele (CALDART, 2004, p.12).

Em razão das novas perspectivas sobre o meio rural, nasceu os ideais de uma Educação do Campo que, segundo Fernandes (2002, p.62),

Essa nova realidade também era percebida nas universidades, nos centros de pesquisa, que começavam a desenvolver metodologias e produzir referenciais teóricos para tentar compreender as novas configurações que se formavam no campo brasileiro. Ver o campo como parte do mundo e não como aquilo que sobra além das cidades. Desde esse ponto de vista, os sem – terra foram pensando insistentemente, discutindo com os povos do campo: camponeses, quilombolas e indígenas, suas diferentes concepções de saber, que ficou esboçada na Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998. (FERNANDES, 2002, p.62).

Sendo uma conquista dos povos do campo, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo revelam em seu parágrafo único, do Artigo 2º, como as escolas dos campos devem ser:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2001).

Uma escola do campo deve permitir aos sujeitos acesso aos projetos educativos do campo, trazendo para dentro da escola práticas e matrizes pedagógicas relacionadas à realidade camponesa ao articular teoria e prática, para que possam levar, para as tarefas do dia a dia, o que se aprende na sala de aula e vice-versa, demonstrando, dessa forma, que pode se estudar e viver no campo. A Educação do Campo busca colaborar com a formação de novos sujeitos sociais que contribuem para o cenário camponês atual, com o propósito de formar para a vida, ampliando a leitura de mundo e da realidade em que vivem, repensando os ideais e convicções sobre a realidade e sobre a própria vida do sujeito, rumo à construção de um novo projeto de campo e de país.

O papel da Educação do Campo, entre outros fatores, é fortalecer e ajudar a assumir as identidades pessoais, sociais, culturais, colocando o sujeito em contato com a sua cultura, sua história, produzindo diferentes saberes, pois se

trata de sujeitos plurais que, ao socializarem, trocam experiências, ampliam conhecimentos e produzem novos saberes coletivos.

Uma importante contribuição do movimento de educação do campo no Brasil é a compreensão da educação como um direito dos camponeses e de responsabilidade do estado, logo, trata-se de educação pública. Nesse sentido, o movimento traz para a centralidade da reflexão a compreensão da disputa da escola do campo com o viés de classe, ou seja, a educação do campo é a educação da classe trabalhadora do meio rural. Portanto, a escola do campo é o espaço de formação dos camponeses como classe trabalhadora em oposição ao projeto de exploração da classe dominante.

3. Identidade camponesa a partir do olhar dos sujeitos do campo

Nesta parte do texto, apresentamos o resultado da pesquisa realizada como trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo, por meio do qual faremos uma reflexão sobre a construção da identidade camponesa da comunidade de Várzea Alegre, no município de Santa Teresa, estado do Espírito Santo. Para a construção dos dados, foram realizadas entrevistas com pessoas da comunidade em tela para compreendermos a construção da identidade camponesa de Várzea Alegre. No que se refere à identidade de um lugar, seja uma vila, uma pequena comunidade ou até mesmo uma grande metrópole, ela acontece por meio da construção de vivências, relações sociais estabelecidas pelos sujeitos ali presentes, criando raízes que fortalecem a luta e os ajudam a permanecer. Pensando nessa problemática, a primeira pergunta foi em relação à agricultura, se eles se identificavam como agricultor/camponês e por quê?

Eu me sinto sim agricultor, meu motivo foi que eu tinha que é como que fala, como se diz, vem de herança né. É meu pai, meu avô e eu continuei (ENTREVISTADO 1).

Sim, sempre fui agricultor (ENTREVISTADO 2)

Tanto o entrevistado 1, quanto o entrevistado 2, sempre se sentiram como agricultores, pois cresceram em um ambiente familiar em que o sustento provinha do campo, ou seja, ser camponês para eles é parte de sua identidade como sujeitos. Sendo, assim, uma identidade socialmente construída, proveniente dos laços familiares, perpassando por várias gerações. Hall (2006, p. 38 apud BOHNENBERGER; MELO, 2018, p. 603) fala da identidade como sendo “[...] algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento [...]”. A identidade socialmente dada é algo que herdamos desde que nascemos, pois em meio aos nossos laços familiares já está ali presente; algo que nossos antepassados foram construindo ao longo de suas vidas, pelo contato social, cultural etc., e perpassa na constituição de nosso eu. Somos seres sociais e, quando participamos de determinados espaços, adquirimos e compartilhamos, de forma natural e involuntária, experiências culturais, religiosas etc.

Pensando ainda na identidade, foi perguntado, se eles se identificavam com a comunidade de Várzea Alegre e por qual motivo?

Agora não, eu já fiz muita parte sim, eu fiz parte na igreja, no ginásio, na parte de estrada (rodovia), na parte de telefonia, na parte de trazer o cultivo de tomate e café na comunidade” (ENTREVISTADO 1).

Sim, porque nasci e fui criado aqui (ENTREVISTADO 2).

Na fala do entrevistado 1, podemos perceber como sua identidade foi se forjando com a história da comunidade e se enraizando, pois migrou para Várzea Alegre ainda jovem e veio a constituir família na comunidade, sendo uma figura muito importante para o desenvolvimento local. Já o entrevistado 2 cresceu em Várzea Alegre e a viu deixar de ser um vilarejo e tornar-se uma comunidade de médio porte.

Outra questão importante a ser destacada na fala do entrevistado 1 é que ele respondeu que não se sente parte da comunidade, apesar de ser um dos moradores mais antigos. A justificativa dele, por não se sentir parte da comunidade, é o fato de que, por razão da idade, não pode acompanhar as diversas atividades da comunidade. Isso mostra que a compreensão de identidade e pertença que ele construiu é a partir do referencial de participação da vida ativa e laboral.

Quando falamos de identidades, pensamos em territorialidade, que está estritamente ligada ao pertencimento, no modo como os sujeitos se organizam no espaço, modificando-o, criando laços, culturas, criando, assim, sua especificidade. Na fala dos dois entrevistados, ambos se identificam com a comunidade, devido ao fato de terem participado, direta ou indiretamente, do seu desenvolvimento.

Ademais, o entrevistado 1 migrou de uma comunidade para outra, seus pais viviam em uma comunidade vizinha e, após seu casamento, ele deixa a família dos pais para constituir a sua e, então, migra para Várzea Alegre. A partir de sua relação com a comunidade e, sendo uma figura ativa na mesma, começa a buscar melhorias para o vilarejo e, ao modificar o seu espaço de vivência, ele passa a forjar sua identidade. Haesbaert (2007) fala que a territorialidade:

Além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. (HAESBAERT, 2007, p. 22).

A partir desse viés, entendemos que o território é constantemente modificado, devido à forma como as pessoas se organizam no espaço e, dessa maneira, dão sentido a ele.

Na terceira questão, foi perguntado se eles gostam de morar em uma comunidade rural e por quê?

Gosto e muito, porque conforme o que eles têm na cidade, nós temos melhor aqui no interior. (ENTREVISTADO 1).

Gosto, porque se sente melhor, você pode ter uma criação, você pode criar suas galinhas, pode ter uma vaquinha, pode ter porco. E na rua você não pode ter nada, no rural é mais fácil (ENTREVISTADO 2).

Os dois entrevistados gostam de viver em uma comunidade rural pelo fato de poderem ter contato com a natureza. O entrevistado 1 chega a falar que, na comunidade rural, o conforto é melhor do que na cidade. É importante destacar que, na fala dos entrevistados, nota-se que eles, de fato, se identificam com a vida campestre. Ao justificar suas respostas, ambos evocam razões ligadas ao cotidiano da vida no campo para demonstrar sua satisfação em residir no meio rural. Nesse sentido, Castells (2002) afirma que a identidade camponesa se constitui a partir de uma historicidade, de costumes e tradições, elementos que apareceram na fala dos entrevistados.

A identidade camponesa é construída respeitando a historicidade, tradição e costumes desse ator social chamado camponês. Essa identidade pode ser percebida como a fonte de significado e experiência de um povo (CASTELLS, 2002, p. 22).

A identidade camponesa nem sempre foi vista com bons olhos e ainda permanecem os estereótipos em relação a ela. O povo do campo, em determinadas circunstâncias, é desvalorizado, vistos com inferioridade, sem falar da perda de espaço para o agronegócio. Atualmente ser camponês é sinônimo de persistência e resistência. A identidade camponesa é fonte de significado e experiência de um povo que permanece persistindo.

Na quarta pergunta, foi questionado quando eles cultivavam a terra, se eles gostavam do que faziam e por quê?

Naquela época, não é que gostava, a gente era quase obrigado, para a gente, fazer o sustento da família, era aquilo ali, a gente tinha que fazer para sustentar a família, mas isso tem 50 anos passados (ENTREVISTADO 1).

Eu gostava, acostumado desde novo, então você ia fazer uma coisa e dava certo, aí você gostava daquela coisa, igual eu, moía cana, comecei a moer cana, gostei de fazer doce, então vendia bem, e agora adoeci, agora acabou, não tem mais jeito, até já arrancaram o canavial, tinha tudo, engenho, tacho (ENTREVISTADO 2).

Para o primeiro entrevistado, cultivar a terra era um trabalho necessário para a sobrevivência da família e, para o segundo, era um trabalho necessário também para sobrevivência, mas era algo que gostava, pois desde pequeno tinha contato com a terra, ou seja, era um trabalho que ele conhecia todo o seu processo, não era algo alienado, robotizado, e sim um trabalho em que eles se apropriavam dos resultados. Tal forma de olhar o trabalho do campo nos remete à agricultura camponesa, pois o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que:

[...] tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (COSTA, 2000 apud CARVALHO; COSTA, 2012, p. 113).

A última pergunta foi sobre o que eles mais gostam na comunidade de Várzea Alegre e por quê?

Quando mudei para cá, eu gostava porque achava que aqui era um lugar bom de trabalhar, melhor do que onde eu trabalhava, e eu gosto de Várzea Alegre porque o lugar é bom né, é um lugar que declaro assim, como o cantinho do céu. Eu mexi com granja, na época, depois foi, mas eu continuava na agricultura e as granjas, café, tomate e essas coisas, quer dizer, não era tudo eu que fazia, eu trabalhava depois como meeiro, foi crescendo, mas quando eu mudei para cá era eu que fazia tudo sozinho, eu plantava milho, capinava, colhia era eu mesmo, feijão, arroz, essas coisas. Depois foi mudando né, como tá hoje, tá tudo diferente né, nem parece que é aquela Várzea Alegre que eu mudei (ENTREVISTADO 1).

O que mais gosto, falar a verdade, a gente gosta de muita coisa, eu gostava muito quando tinha as pernas boas, de forró, eu e a mulher não perdia um. Por que a gente se divertia, gostava de dançar mesmo (ENTREVISTADO 2).

O primeiro entrevistado fala que gosta de Várzea Alegre em si; e o segundo gostava do forró.

Na comunidade camponesa, a identidade cultural está presente nas festividades, nos forrós de domingo para divertir as diferentes idades, na religiosidade, no simbolismo com as plantas e o cultivo da terra, nas crenças, valores e na solidariedade comunitária, entre outros fatores.

Os sujeitos entrevistados têm uma relação intensa com o campo e não se veem vivendo em outro espaço que não seja rural. Quando sentimos parte de um território e nos identificamos com ele, nos sentimos acolhidos, e buscamos meios de permanecer ali. Dessa forma, entendemos que o território rural é um elemento central na construção da identidade camponesa.

Considerações finais

O povo do campo vem sofrendo um processo de urbanização, devido ao avanço do agronegócio que influencia na cultura, no modo de vida e expulsa os camponeses do campo. Isso acaba transformando as pequenas comunidades camponesas em comunidades urbanas, perdendo, assim, sua identidade.

Nas falas dos entrevistados, podemos observar que eles relataram mudanças que o campo veio sofrendo ao longo dos anos, embora vejam o espaço do campo como um bom lugar de produção da vida, esse espaço cada vez mais está sofrendo grandes transformações que, aos poucos, vai interferindo no processo de construção da identidade camponesa.

Além disso, as escolas situadas nas comunidades rurais, na maioria das vezes, fazem questão de se intitular como urbana, não dialogando com a realidade local e, conseqüentemente, negando sua identidade. Nessa compreensão, a escola do campo deve ser um espaço de valorização da cultura e da memória dos sujeitos que vivem no e do meio rural.

Desse modo, entendemos que a identidade camponesa é uma identidade que está em construção e que os movimentos sociais e sindicais do campo cumprem um importante papel no sentido de compreender o campesinato como uma categoria social, ou seja, os sujeitos do campo são sujeitos sociais que são forjados no movimento da historicidade da vida no campo. Segundo Carvalho (2005, p. 171 apud COSTA; CARVALHO, 2012, p. 118), “[...] O campesinato [...] se constitui num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalistas, ainda que inseridos na economia capitalista [...]”.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA** Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, jul./dez. 2013.

BERLATTO, Odir. A construção da identidade social. **Revista do Curso de Direito da FSG**, Caxias do Sul, ano 3, n. 5, jan/jun, p. 141-151, 2009.

BOHNENBERGER, Gustavo Wohlfahrt; MELO, Jonathan Dalla Rosa. Identidade(s) e diversidade cultural: a luta pelo reconhecimento numa sociedade multicultural. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA, 2018. **Anais**. do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, 2018. p. 601-612

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer 36/2001. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002>. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm Acesso em: 20 set. 2022.

BURGER, Ednéia Regina; VITURI, Renee Coura Ivo. Metodologia de pesquisa em ciências humanas e sociais: história de vida como estratégia e história oral com técnica algumas reflexões. *In*: XI ENCONTRO DE PESQUISADORES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: Currículo, 2013, São Paulo. **Encontro**. São Paulo: PUC, 2013.

CALDART, Roseli Salete *et al.* **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, mar./jun, p. 33-64, 2009.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CORREIA, Deyse Morgana Neves; BATISTA, Maria do Socorro Xavier; BRITO, Rosa Maria de Jesus Brito. Educação do Campo: resistência e afirmação da identidade camponesa. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE: EDUCAÇÃO, CULTURAS E DIVERSIDADES, 20, 2011, Manaus. **Anais**. 20º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste: Educação, Culturas e Diversidades. Manaus: Valer, 2011.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins. Campesinato. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 115-122.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 113 -120.

EMATER-ES. Informativo da EMATER-ES à família rural capixaba. **O agricultor**. n.1, dez, p.16, 1981. Disponível em: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. O agricultor: histórico 1956 - 1981, 25 anos com você. Vitória, ES: EMATER-ES, 1981. 16 p. Informativo da EMATER-ES a família capixaba. Acessado em 12 jul. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 744-747.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. 2000. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra/mst3.htm>. Acesso em: 11 jan. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**, Universidade Estadual Paulista, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/entrando-nos-territorios-do-territorio.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano *et al.* Educação do Campo: campo - políticas públicas – educação. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Território Camponês no Brasil**. Brasília: INCRA; MDA. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/laboratorios/latec/arquivos/Terra%20Plural.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 169 – 189.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**. v. 25, n. 74, outubro, 2010.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette. Educação do Campo: identidade e políticas públicas. In: FERNANDES, Bernardo, Mançano. **Diretrizes de uma caminhada**. Coleção por uma educação do campo, n.º 4. Brasília, 2002.p.61-70.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, jan/jun, p. 57-67, 2008.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli, E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MOLINA, Mônica Castagna; SANTOS, Sônia Meire (Org.). Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. In: CALDART, Rosali Salette. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo**. Brasília, 2004, p. 10 - 30. Coleção por uma educação do campo, nº5.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salette. **Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. Brasília, 2004, p. 10-31.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Território e campesinato: da teoria à práxis. **Revista Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v.2, jul./dez, p. 199-211, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA. Disponível em: <https://www.santateresa.es.gov.br/home>. Acesso em: 10 set. 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.

SILVA, Jesiel Souza. Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil. **Revista NERA**. Presidente Prudente, v. 22, n. 50, set/dez, p. 40-63, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Luciano dos. As Identidades Culturais: Proposições conceituais e teóricas. **Revista rascunhos culturais**, Coxim: MS, v.2, n.4, p.141 – 157, jul./dez.2011.

SCHMITZ, Heribert. Campesinato: ensaio sobre a utilidade de um conceito na atualidade brasileira. In: XXXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32., 2008, Caxambú, MG. **Anais**. Caxambú, MG: ANPOCS, 2008.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Territorialidades camponesas do cerrado: o saber gerado a partir do conhecimento local. **Campo-território: revista de geografia agrária**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, Ago, p. 01-35, 2012.

VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. **Revista Tempo Brasileiro**.n.95, out/dez, p.119-26, 1988.

VIA CAMPESINA DO BRASIL. O campesinato o século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil, Curitiba/Brasília, 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/OUTROS%20CAMPESINATO%20NO%20SEculo%20XXI.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba, SP, v. 52, Supl. 1, fevereiro, p. 25-44, 2014

ZENERATTI, Fábio Luiz. Propriedade e latifúndio: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil. **Caderno de Geografia**, Paraná, v.27, n.50, jul/set,2017.